

1. APRESENTAÇÃO

Os documentos de prestação de contas da autarquia relativas ao ano de 2011 e que serão remetidos ao Tribunal de Contas para aprovação foram elaborados conforme o regime de contabilidade autárquica, fornecem a informação de concretização do programa e atividades previstas, a informação necessária ao controlo financeiro, à verificação da legalidade e à análise das decisões tomadas. Esses documentos fazem-se acompanhar pela análise económico-financeira e certificação legal de contas.

Da análise dos mapas de execução orçamental, que compara o orçamento previsional com a execução de receita bruta arrecadada pela Autarquia (31.993.909,62€) e uma receita líquida de 31.921.555,17€, constatamos ter obtido uma execução de 83,54% relativamente às dotações corrigidas, ligeiramente superior à do ano anterior, e uma execução do orçamento da despesa de 83,44%. Saliente-se que, de um modo geral, a regra tem sido a de o município de Bragança, comparativamente à média dos municípios do País, assegurar bons níveis de execução, sempre acima dos 80%.

Na receita corrente superou-se o objetivo previsto, enquanto que na receita de capital se verificou uma arrecadação inferior à prevista em resultado da diminuição das transferências de capital (dificuldades de recebimentos e de aprovações ao nível da execução do QREN e da não concretização da venda de bens de investimento, face à situação pouco favorável do mercado imobiliário).

A taxa média de execução orçamental dos municípios do País no ano de 2010 foi 55,50%, podendo o valor médio de 2011 ser muito próximo, o que significa que no município de Bragança, com uma execução de 27,04 pontos acima da média nacional, trabalhamos com fiabilidade elevada em termos de orçamento previsional da receita, uma elevada taxa de execução e de comprometimento da despesa, o que só é possível face ao bom planeamento e controlo das atividades.

Os saldos, corrente, orçamental e efetivo são positivos. A receita corrente bruta superou as despesas correntes em 2.756.575,93€, destinada a investimento; as receitas totais foram superiores às despesas totais o que permite transitar com um saldo positivo de 183.997,17€; o saldo efetivo, excluídos das receitas totais e das despesas totais os ativos e os passivos financeiros, é positivo com o valor de 1.703.981,07€. O Princípio de Equilíbrio Orçamental, assegurado em sede de elaboração do orçamento que previa os recursos necessários para assegurar todas as despesas e que as receitas correntes seriam pelo menos iguais às despesas correntes, foi cumprido.

Em termos de receita global, a estrutura da receita compõem-se da seguinte forma: transferências de fundos da Administração Central 44,52%; Apoios Comunitários e outros 11,94%; empréstimos 0,00% e Receitas Próprias 43,54%. Constatamos como indicador positivo o facto de as receitas próprias evoluírem de forma sustentada, aspeto essencial da gestão visto a tendência ser a de as receitas provenientes de fundos comunitários ser a de diminuírem por terem que ser mais orientadas para a economia e as transferências da administração central tenderem a diminuir por escassez de recursos.

A estrutura do orçamento da despesa, desagrega-se da seguinte forma: A despesa corrente que representa 65,73% (dentro desta a despesa de pessoal representa 21,40% - a média nacional dos municípios foi de 31,10% no ano de 2010 - e a aquisição de bens e serviços 38,80%; 0,90% para juros e

outros encargos, 3,26% para transferências correntes e 1,36% para outras despesas correntes); A despesa de capital que representa 34,27% (sendo 23,62% para aquisição de bens e serviços; 5,88% para transferências de capital; 1,35% de ativos financeiros e 3,42% de passivos financeiros).

A despesa corrente foi inferior à prevista e inferior à executada no ano de 2010, no valor de 339.619,42€, sendo a redução obtida essencialmente na aquisição de bens e serviços e nas transferências correntes, uma ligeira economia em pessoal e ligeiro agravamento nos juros e outros encargos. A despesa de capital, que tende a ser menor em cada ano, diminuiu 19,33% e foi de 10.927.320,29€. Esta representou 34,27% da despesa total, sendo suportada em 65,41% pelo financiamento municipal.

O endividamento municipal regista uma diminuição, no cômputo geral da dívida, de 10,71% (*i.e.* 1.625.870,00€), tendo diminuído a dívida de curto prazo em 405.109,00€ e a dívida de médio longo prazo em 1.220.762,00€. Deduzido o valor associado a credores de cauções, cujos montantes estão disponíveis para restituição, a dívida real de curto, médio e longo prazos é de 12.151.728,99€. Conseguimos, novamente, uma descida da dívida global do município, que representa 38,07% da receita líquida global e que a 31 de dezembro de 1997 representava 105% da receita global. Numa altura em que a dívida média dos municípios se tem vindo a agravar, no município de Bragança, apesar de não termos parado o investimento, temos assegurado redução continuada da dívida global, um indicador inquestionavelmente positivo de gestão, em situação contrária ao que se tem passado no país com a dívida pública, cerca de 110% do PIB, várias vezes o orçamento do Estado.

Os limites de endividamento do município, calculados de acordo com o artigo 53.º da Lei n.º 55-A/2010-Lei do Orçamento de Estado para 2011 - e comunicados pela DGAL para vigorarem no ano de 2011 evidenciam uma margem, favorável ao município (excluindo o setor empresarial local), de 1.906.911,59€ (45,44%) para o endividamento líquido e 4.433.428,54€ (19,45%) para o endividamento de médio e longo prazos.

Quanto à situação patrimonial do município, comparativamente ao ano de 2010, e avaliado o balanço que se organiza de modo a que o ativo seja igual ao passivo mais os fundos próprios, refere-se: ao nível do ativo (valor do imobilizado; das existências; das dívidas de terceiros; das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos), o seu valor é de 199.513.782,61€, tendo ocorrido um acréscimo de 0,14% (269.689,33€); quanto ao passivo, com o valor de 77.033.396,54,00€, registou uma diminuição de 3,01% (-2.387.254,08€). Refere-se que diminuíram as seguintes rubricas: provisões para riscos e encargos 5,85% (-575.644,69€); empréstimos obtidos 12,58% (- 1.220.761,82) e dívidas a terceiros-curto prazo com um decréscimo de 7,40% que representa -405.108,57€; os fundos próprios no valor de 122.480.386,09€, registaram um acréscimo de 2,6 milhões de euros.

No período de 2002 a 2011, o ativo evoluiu de 64,16 para 199,51 milhões de euros, os Fundos Próprios de 49,60 para 122,40 milhões de euros (sendo que o Património apresenta uma evolução de 37,6 para 91,9 milhões de euros).

Relativamente ao Passivo, apresenta 14,46 milhões de euros em 2002 e 77,03 milhões de euros em 2011. Não obstante este considerável aumento, as dívidas a terceiros de médio e longo prazos, que em 2002

apresentam o valor de 9,93 milhões de euros, em 2011 atingem o valor de 8,48 milhões de euros (-1,45 milhões de euros). As dívidas de curto prazo evoluem de 4,30 para 5,07 milhões de euros.

Assim sendo podemos concluir, numa perspetiva evolutiva, que o aumento do passivo é proveniente de outras componentes, nomeadamente as provisões para riscos e encargos e os acréscimos e diferimentos (em 2011, 69% do Passivo é composto por subsídios ao investimento).

Quanto à análise económica, regista-se que os proveitos operacionais sofreram um decréscimo de 6,13%, o correspondente a 1,68 milhões de euros, em resultado da diminuição *da venda e prestações de serviços* (venda de água, eletricidade, transportes públicos...) e da diminuição de 1,07 milhões de euros, *de transferências e subsídios obtidos*; os *custos operacionais* diminuíram cerca de 5,41% o equivalente a - 1,36 milhões de euros; o *resultado extraordinário* é negativo, sendo positivos os *resultados financeiros* no valor de 1.452.224,17€, os *resultados operacionais* com um decréscimo de -315.024,41€ e o *resultado líquido* com um aumento de 62,76% contribuíram para que a proposta de aplicação de *resultado líquido do exercício de 2011* registe o valor de 2.456.493,89€, dos quais 122.824,69€ *para reservas legais* e 2.333.669,20€ *para reforço do património*.

Quanto aos recursos humanos da autarquia, a gestão foi de rigor e contenção. A despesa com pessoal traduziu-se num decréscimo de 139.776,09€, exatamente 2,01% relativamente ao ano de 2010. O decréscimo registado deveu-se à redução das remunerações totais ilíquidas impostas pela LEO para 2011 e também à diminuição do número de trabalhadores municipais, relativamente ao ano anterior. O número global de trabalhadores no final do ano é de 371, o mais baixo dos últimos 17 anos (em 1996 havia 383 trabalhadores) e, se a este número subtrairmos o executivo municipal e as 2 prestações de serviços, ainda registadas em 2011, esse número baixa para 365 trabalhadores.

Ao nível do absentismo regista-se decréscimo na sua taxa passando de 9,1% em 2010 para 7,53% em 2011, ou seja, uma redução de 1509 dias de trabalho. De um total de 7031 faltas, 5523 são por doença, dos quais 14 trabalhadores têm 3368 dias de falta por doença prolongada, o que representa cerca de 47,90% do total das faltas dos trabalhadores do município. O maior fator de agravamento da taxa de absentismo resulta da morosidade na marcação de juntas médicas (ADSE e CGA) que, após solicitadas, demoram cerca de 4 a 5 meses, situação que se agravou em 2011 e que degrada imenso o sistema na administração. Note-se que a taxa de absentismo dos restantes trabalhadores é de 3,8%, um valor aceitável.

Os trabalhadores do município têm, de um modo geral, demonstrado elevado empenho e sentido de responsabilidade, apesar dos sacrifícios que lhes estão a ser impostos em termos de cortes salariais para cumprimentos dos acordos de ajustamento na despesa pública exigidos pela TROIKA, cumprindo com os objetivos de organização interna, de relacionamento com os cidadãos, de iniciativa no plano da modernização administrativa e da sustentabilidade global da atividade do município, garantindo regularidade e legalidade na ação conforme relatório de auditoria e certificação legal de contas pelo que, em nome da Câmara Municipal quero deixar a todos o necessário agradecimento, em particular às chefias que têm compreendido as orientações do Executivo Municipal e as têm transmitido corretamente aos vários setores.

Também uma nota de reconhecimento aos prestadores de serviços e fornecedores de bens, às empresas e às Instituições com as quais o município mais se relaciona, assim como aos outros níveis de administração política como seja a administração Central e em particular às Juntas de Freguesia que conosco colaboraram para podermos alcançar resultados positivos, apesar da crise financeira, económica e social e da grave situação das contas públicas, o que nos permite com a satisfação do dever cumprido encerrar a atividade do ano de 2011 com resultados positivos nas contas, na redução da dívida global, com importantes investimentos em execução e com regularidade administrativa e financeira, cumprindo com os normativos legais. Em síntese, com uma imagem global positiva que perante os cidadãos e o país, dignifica a instituição e o poder local democrático.

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes